CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

PROC. CEE Nº 1255/79 (Proc. DRE-R.Preto nº 02646/79)

INTERESSADO: EESG. Laurindo Alves de Queirós / Miguelópolis

ASSUNTO : Solicita convalidação de atos escolares praticados por Edna Bitar em 1975 e 1976

RELATOR : CONSº ANTÔNIO FERREIRA DA ROSA AQUINO

PARECER CEE Nº 830/80 - CESG Aprovado em 28/05/80

I - RELATÓRIO

1.- HISTÓRICO:

O presente protocolado teve origem com o Ofício nº 176/78 do Sr. Diretor da E.E.S.G. "Laurindo Alves de Queirós", de Miguelópolis, estabelecimento de ensino jurisdicionado à DE de Ituverava, DRE de Ribeirão Preto, no qual comunica ao Sr. Delegado de Ensino irregularidades na vida escolar de Edna Bitar, aluna que cursou, na referida escola, a Habilitação Técnico em Economia Doméstica nos anos de 1974, 1975 e 1976.

O Sr. Diretor constatou a situação irregular quando da preparação do processo para registro de diploma da aluna no Curso Técnico em Economia Doméstica do ano 1976.

É a seguinte a vida escolar da estudante:

- 1 - a aluna foi reprovada na 1ª série do 2º Grau em 1974, em 4 disciplinas: Português (4,3), Matemática (3,6), Ciências Físicas e Químicas (2,0) e Ciências Biológicas (3,3).
- 2 - Apesar da reprovação nas mencionadas disciplinas a aluna prestou exames em 2ª época nas disciplinas Matemática (6,0), Ciências Físicas e Químicas (8,5) e Ciências Biológicas (6,5). A aluna não realizou exames em 2ª época na disciplina Português.
- 3 - Em 1975 a aluna, apesar de retida, foi matriculada na 2ª série do 2º Grau do referido curso, sendo que em 1976 cursou a 3ª série, obtendo aprovação.
- 4 - A Escola expediu uma "Declaração de Aprovação", em 23/02/1977, "a requerimento da interessada conforme se vê por documento existente em seu prontuário. Acredita-se que a aluna vem fazendo uso deste documento. O seu diploma não foi registrado" - (fls. 04).

O protocolado tramitou pelos órgãos competentes da Secretaria da Educação, tendo o Sr. Delegado de Ensino de Ituverava designado uma comissão composta por um Supervisor de Ensino, Diretora de Escola e Secretário de Escola da DE de Ituverava para pesquisar a vida escolar da aluna nos arquivos da E.E.S.G. "Laurindo Alves de Queirós", de Miguelópolis, e refazer as suas fichas individuais.

O "Parecer Conclusivo" dos mencionados funcionários (fls.38), após efetuado o serviço de verificação escolar, foi no sentido de se aceitar a infração ao artigo 83 das Normas Regimentais e considerar a aluna aprovada em Ciências Físicas e Químicas, Ciências Biológicas e Matemática.

Concluiu ainda que a aluna deverá se submeter a exames de Língua Portuguesa e Literatura Brasileira (1ª série), sendo computado, para fins de carga horária, o que já foi cumprido pela aluna. "Desta forma, a vida escolar da aluna será considerada regular".

A DRE de Ribeirão Preto ratificou o Parecer emitido pela referida comissão.

O Sr. Coordenador de Ensino do Interior propõe o encaminhamento dos autos a este Conselho, para convalidação dos atos escolares praticados pela aluna e decisão sobre a necessidade de prestação de exames especiais em Língua Portuguesa e Literatura Brasileira, em nível de 1ª série do 2º Grau.

2-. APRECIÇÃO:

Consta nos autos que o caso em tela foi analisado até as últimas minúcias pelas autoridades de ensino.

Não se sabe por que a interessada não se submeteu na ocasião ao exame de 2ª época em Português, tanto mais que facilmente superou as outras disciplinas.

Aliás, pelas normas da época, a aluna estava simplesmente reprovada e nem poderia ter sido submetida aos exames de 2ª época nas outras disciplinas.

O Diretor Técnico da DRE. de Ribeirão Preto chega mesmo a observar "... na forma como ocorreu a irregularidade, que parece não ter sido causada pela aluna e sem apresentar o sentido de dolo ou má fé" (fls.42).

Assim sendo se entende que o próprio Coordenador da CEI, ao encaminhar os autos a este Conselho em vista da convalidação, escreva: "decidir se é necessário, ou não, que a mesma preste exames especiais de Língua Portuguesa e Literatura Brasileira a nível de 1ª série do 2º Grau."

Considerando também que em 1974 as escolas agrícolas estavam vinculadas ao extinto Departamento de Ensino Agrícola, da também extinta Coordenadoria de Ensino Técnico, e não sujeitas às Normas Regimentais para os Estabelecimentos de Ensino Secundário e Normal, julgamos que a situação pode ser regularizada com exames especiais de Língua e Literatura Brasileira.

II - CONCLUSÃO

Edna Bittar deverá se submeter, a exames especiais de Língua Portuguesa e Literatura Brasileira a nível de 1ª série de 2º grau, e, se for aprovada, terá direito a receber o Diploma da Habilitação Técnico em Economia Doméstica, expedido pela EESG "Laurindo Alves de Queirós", de Miguelópolis.

CESG, em 30 de abril de 1980

a) Consº Pe. Antônio F. da Rosa Aquino
= RELATOR =

III - DECISÃO DA CÂMARA

A CÂMARA DO ENSINO DO SEGUNDO GRAU adota como seu Parecer o VOTO do Relator.

Presentes os nobres Conselheiros: Pe. Antônio Ferreira da Rosa Aquino, Bahij Amin Aur, José Augusto Dias, Pe. Lionel Corbeil, Maria Aparecida Tamaso Garcia e Renato Alberto T. Di Dio.

Sala das Sessões, em 30 de abril de 1980

a) Consº Pe. LIONEL CORBEIL -
Vice-Presidente

IV - DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO aprova, por unanimidade, a decisão da Câmara do Ensino do Segundo Grau, nos termos do Voto do Relator.

Sala "Carlos Pasquale", em 28 de maio de 1980

a) Consa. MARIA DE LOURDES MARIOTTO HAIDAR - Presidente